COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.841, DE 2010 (MENSAGEM Nº 111, de 2010)

Aprova o Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão CMC Nº 06/09, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009.

Autora: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Relator: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO

I – RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo em apreço visa a aprovar o texto do Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF Mercosul), adotado pela Decisão CMC Nº 06/09, aprovada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Assunção, em 23 de julho de 2009.

O Fundo terá a duração de 5 (cinco) anos a partir da assinatura do seu contrato de administração. Decorrido esse prazo, as partes avaliarão alternativas para a continuidade do Fundo.

O Regulamento do FAF Mercosul conta com 12 (doze) artigos, agrupados em 5 (cinco) capítulos. O primeiro Capítulo dispõe sobre a constituição e o objetivo do Fundo, instrumento de gestão financeira, cujo objetivo é o financiamento de programas e projetos relacionados à agricultura

familiar, com a participação dos atores sociais em atividades vinculadas ao tema.

O Capítulo II disciplina as contribuições ao Fundo. Nos termos dos artigos 3º e 4º do Regulamento, o FAF Mercosul será constituído pelas contribuições anuais dos Estados Partes, pela renda financeira do próprio Fundo e por contribuições voluntárias. As contribuições obrigatórias, em cada exercício, constarão de uma parcela fixa, por Estado Parte, de US\$ 15 mil (quinze mil dólares), e outra parcela de US\$ 300 mil (trezentos mil dólares), que deverá ser integralizada conforme as seguintes porcentagens: Argentina: 27%; Brasil 70%; Paraguai 1%; Uruguai 2%.

As normas referentes à administração do Fundo compõem o Capítulo III do Regulamento. Segundo tais normas, o Fundo será administrado por um organismo especializado, selecionado pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar, sujeito à aprovação do Grupo Mercado Comum (GMC). O administrador deverá atuar segundo os critérios estatuídos no “Contrato de Administração do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul”, que será negociado pela Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (REAF) e “elevado ao GMC para subscrição”.

O Capítulo IV disciplina o uso do Fundo. De acordo com o art. 9º do Regulamento, a REAF deverá apresentar ao GMC, anualmente, um relatório sobre os usos dos recursos do FAF Mercosul.

No Capítulo V, intitulado “Disposições Gerais”, o compromisso internacional prevê que o REAF poderá contar com uma unidade técnica, destinada a apoiar a implementação e a execução das atividades financiadas pelo Fundo.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, IV, *a, d, e, i* em consonância com o art. 139, II, *c*, ambos do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifestar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de

Decreto Legislativo nº 2.841, de 2010, bem como do regulamento por ele aprovado.

Cabe inicialmente apontar que é competência do Poder Executivo assinar o instrumento em exame, nos termos do art. 84, VIII, da Constituição Federal. Compete ainda ao Congresso Nacional sobre ele decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada, conforme o art. 49, I, da Carta Política.

Nenhum óbice foi encontrado na proposição legislativa e no texto do regulamento. Ambos se encontram em consonância com as disposições constitucionais vigentes e com os princípios consagrados no ordenamento jurídico em vigor no país.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição aos textos analisados.

Isso posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.841, de 2010.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2010.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO

Relator